

Nem teto, nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo

Jair Pinheiro*

Resumo:

Este artigo apresenta o resultado preliminar de uma pesquisa em curso que tem como uma das suas preocupações o conflito entre a produção capitalista da cidade e a demanda popular por habitação na cidade de São Paulo e suas repercussões Região Metropolitana.

Em julho de 2003 o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto realizou uma ocupação em São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, que teve dois efeitos bastante diversos: chamou a atenção para o grave problema habitacional nas grandes cidades brasileiras e, talvez por isso mesmo, despertou nos governos estadual e municipal e nos setores políticos mais conservadores uma disposição obstinada de levar o caso a um desfecho restrito à defesa jurídica da propriedade privada.

Do ponto de vista jurídico essa afirmação é tautológica, mas sob a perspectiva política a tautologia é apenas aparente, pois a história dos movimentos habitacionais demonstra que quando se incluem critérios políticos e sociais no debate, a defesa da propriedade privada - embora não desapareça - cede espaço para negociações baseadas na função social da propriedade e nos direitos sociais do cidadão (Maricato, 1996), ainda que a Constituição não inclua a habitação entre eles.

Diferentemente dessas outras conjunturas, também adversas, quando os movimentos de habitação lograram incluir no debate político o problema do déficit habitacional e, na agenda do governo, as suas reivindicações; neste episódio e nos demais protagonizados pelo MTST, o enfoque centrado na defesa da ordem pública suplantou o da defesa de direitos e de justiça social.

A defesa da manutenção da ordem pública contou com manobras ideológicas pérfidas, como a imputação ao movimento de responsabilidade pela morte de um repórter fotográfico da revista *Época* no interior do acampamento, embora as testemunhas indicassem indícios de que o assassino seria estranho ao movimento, como, aliás, a polícia veio a confirmar posteriormente.

Os fatos: no dia 23/07/03 o repórter fotográfico Luís Antônio da Costa, da revista *Época*, foi covarde e brutalmente assassinado no local onde havia uma ocupação¹ do MTST. Momentos antes, um posto de gasolina perto

* Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Unesp/Marília, e membro do NEILS.

¹ No bairro de Ferrazópolis em São Bernardo do Campo.

dali havia sido assaltado e, segundo relato do gerente, os assaltantes fugiram em direção ao acampamento dos sem-teto. Várias testemunhas reconheceram no provável autor dos disparos um dos assaltantes. Como se vê, muito havia a ser esclarecido nesse crime.

Entretanto, sem que aparecesse qualquer evidência que ligasse o crime e o criminoso ao movimento, a *Rede Globo* vinculou-os peremptoriamente no noticiário noturno daquele dia e no vespertino do dia seguinte. Apelando para a comoção que crimes como esse provocam, passou a exigir enérgicas providências para conter os sem-teto.

Pronto! Estava feita a confusão. Subliminarmente, os sem-teto passaram a ser apresentados por essa rede de televisão como um movimento gerador de violência urbana ao qual se aplicam as mesmas providências policiais contra assaltantes, traficantes etc. Melhor exemplo não há de modernização da velha máxima de que problema social é caso de polícia.

As tentativas do MTST de envolver o governo do estado e o prefeito da cidade em um processo de negociação foram malsucedidas, pois estes tinham como prioridade política a defesa da ordem pública². A ocupação (ou desocupação) teve um desfecho jurídico após um processo de reintegração de posse em que a Volkswagen teve dificuldades de provar a propriedade do terreno. Retirados do local em ônibus e caminhões cedidos pela montadora, vários sem-teto denunciaram maus tratos a eles infringidos pela Tropa de Choque³, com pouca repercussão pela imprensa.

É importante notar que a truculência com que esse acampamento foi tratado não é um caso isolado, mas, ao contrário, um padrão na relação do governo com o MTST; cujas ocupações têm sido objeto de reintegração de posse realizada com muita violência e, às vezes, de modo ilegal.

Como os movimentos habitacionais são muitos e antigos, exceção feita ao MTST que é recente e tem origem no MST, seu congênere rural, cabe a indagação: qual a causa desse tratamento diferenciado, embora nada distinto?

² *O Estado de S. Paulo*, 30/07/03: "O governador disse, mais uma vez, que os movimentos têm infiltração política e garantiu que, se houver regularização de áreas invadidas, o Estado vai financiar material de construção para os sem-teto. "Temos uma postura clara e estamos dispostos a colaborar", disse. "Tem muita gente que não tem onde morar e nem por isso está partindo para as invasões", ponderou. Segundo a Assessoria de Imprensa de São Bernardo do Campo, o prefeito Willian Dib (PSB) não quer discutir o assunto." Assinale-se a ambigüidade da declaração do governador, sendo ele uma das autoridades que podem atuar para a regularização das áreas ocupadas.

³ *O Estado de S. Paulo*, 08/08/03: "Tudo estava calmo até que, segundo os sem-teto, às 17 horas, alguns policiais militares agrediram cerca de 20 integrantes do movimento no km 18 da Rodovia Anchieta. Os sem-teto estavam em um caminhão e se dirigiam ao paço para protestar. O comando da PM do ABC e o da Tropa de Choque negaram o fato. "Queremos a apuração de tudo", disse o advogado Ariel de Castro Alves, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Um dia de derrota? Abatido, Jota minimizou. "Vamos negociar com os governos do Estado e do Município." Para o coronel, foi um sucesso. Nenhum ferido, tiro ou confusão. "Viemos para cumprir a lei."

O mercado imobiliário e seu antípoda, o sem-teto

As razões subjetivas que respondem à indagação acima talvez nunca cheguemos a conhecer. Entretanto, uma explicação objetiva possível e plausível pode ser encontrada no confronto das características do mercado imobiliário com as do MTST. Tal confronto revela a impossibilidade de prover habitação para um enorme e crescente contingente populacional através do mercado e, por isso mesmo, o enorme potencial de conflito da questão habitacional. Esse conflito leva a duas conseqüências políticas, pelo menos: primeira, a corrosão da legitimidade política e social dos agentes ligados à incorporação imobiliária e, segunda, decorrente da primeira, a necessidade de o governo escolher entre duas formas de intervenção estatal: ou uma ação decidida com vistas à suspensão parcial dos mecanismos operacionais do mercado imobiliário para garantir o fornecimento de habitação ou a gestão jurídico-policial do problema. Parece não haver dúvida quanto à opção do governo, no que se refere ao MTST.

Tanto o governo estadual como os municipais têm programas habitacionais; contudo, tais programas estão muito longe de fazer frente ao déficit habitacional⁴, além de representarem uma intervenção no mercado apenas na medida em que o Estado também atua como um agente comprando e vendendo imóveis, sem alterar suas condições de funcionamento.

Entre os agentes que atuam no mercado de moradia (Harvey, 1990; Souza, 1994), aqueles ligados à atividade de incorporação imobiliária exercem uma forte pressão sobre os preços na medida em que visam a manter ou ampliar suas taxas de lucro, o que gera uma tendência crescente do peso dos custos da moradia no orçamento de um outro agente, o consumidor. Ora, como 37.69% da população paulistana tem renda de até 5 salários mínimos (conforme a tabela 1 na página seguinte) e o desemprego na região metropolitana tem oscilado em torno de 20%, torna-se evidente que as camadas populares constituídas de trabalhadores desempregados ou de baixa renda formam um segmento de consumidor (apenas porque não tem como deixar de sê-lo) fora do mercado imobiliário regular⁵ ou em vias de ser excluído dele.

O Estado, no caso presente, sobretudo, sua esfera municipal, é o único agente que tem a prerrogativa institucional de intervir politicamente no

⁴ Conforme a Fipe, em São Paulo há 600 mil encortiçados, e o resumo de dados da Sempla - Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo - 1,7 milhões de favelados. Segundo o critério adotado, esse déficit habitacional pode aumentar, pois no caso deste município foi detectado pela pesquisa de caracterização dos setores censitários realizada pelos técnicos da prefeitura uma variedade grande de arranjos habitacionais em família que transformam residências particulares em coletivas dos familiares que vão se agregando àquela moradia.

⁵ Existe um dinâmico mercado imobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo, detectado pelos técnicos das prefeituras da região e pela imprensa, à espera de uma pesquisa que determine sua dimensão e suas características. Esse mercado atende a parte dessa população que ainda tem alguma renda para destinar à moradia. Os imóveis negociados vão dos barracos de favela a um lugar sob a ponte.

mercado. Reside nesta prerrogativa o foco da pressão dos movimentos habitacionais e dos incorporadores, os primeiros com demandas cujo atendimento entra em choque com os preços do mercado e, conforme a medida adotada, com os critérios de funcionamento de mercado, e o segundo, com a demanda oposta de racionalização desses critérios de mercado com vistas à valorização do seu produto, o imóvel urbano.

Como os movimentos populares – e, de resto, qualquer outro movimento – podem assumir uma entre muitas perspectivas políticas possíveis, não têm passado despercebido às autoridades e setores políticos conservadores que o MTST coloca em perspectiva a explicitação desse conflito. Daí suas palavras de ordem serem freqüentemente desqualificadas como anacrônicas e suas ocupações reprovadas como tendo caráter político, como se fosse possível não tê-lo. Neste caso, a manobra ideológica consiste no surrado mas eficaz artifício de *despolitizar a política*, na medida que a restringe ao jogo partidário-parlamentar e dela exclui as formas de ação política engendradas pelas camadas populares.

Tabela 1 Distritos com o menor e o maior percentual de população com renda até 5 salários mínimos em São Paulo

	O R D E M	Distritos	Faixas de Renda (em Salários Mínimos)		
			Menos de 2 SM	De 2 a Menos de 5 SM	Total de 0 a 5 SM
M	1.º	Moema	2,91	3,43	6,34
E	2.º	Jardim Paulista	2,43	4,04	6,47
N	3.º	Perdizes	2,70	5,45	8,15
O	4.º	Alto de Pinheiros	3,47	5,44	8,91
R	5.º	Pinheiros	3,77	5,98	9,75
		MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	13,30	24,39	37,69
M	1.º	Jardim Ângela	22,18	38,05	60,23
A	2.º	Itaim Paulista	22,99	37,29	60,28
I	3.º	Jardim Helena	25,07	36,35	61,42
O	4.º	Lajeado	24,67	38,67	63,34
R	5.º	Marsilac	44,10	31,22	75,32

Fonte: IBGE; Fundação Seade.

Nota: Excluindo-se os domicílios cuja espécie é do tipo coletivo. Salário mínimo de referência do Censo 2000: R\$151,00 e de 2004: R\$ 260,00

Tomados abstratamente, demanda por habitação popular e critérios de funcionamento do mercado imobiliário não se opõem. Aqui e alhures planejadores e agentes ligados ao capital incorporador têm elaborado planos que, na prancheta, eliminam o déficit habitacional, harmonizam os diferentes

usos do espaço, racionalizam a ocupação da infra-estrutura etc. Contudo, no processo real de desenvolvimento da cidade capitalista tais elementos têm entrado em contradição, além de apresentar contradições internas a cada um deles. Mesmo estudiosos (Donzelot, 2003 e Stébé, 2002) com perspectiva teórica diferente da aqui adotada acabam esbarrando nessas contradições

Tais contradições têm origem na pressão do movimento de valorização do capital ou a ele se articulam, posto que, como mercadoria, o solo urbano é valor (cristalizado) que se valoriza e é demandado por diferentes usos. Esse movimento de valorização é o que estabelece a contradição entre as demandas populares por habitação e o mercado imobiliário, pois para se realizar ele tem que aumentar a taxa de mais-valia de todos os setores econômicos, incluindo-se aqueles ligados à produção do solo urbano.

Na esfera da circulação, essa contradição se manifesta sob a forma de uma tendência de crescimento da distância entre os preços médios de mercado da moradia e a taxa média de salário, o que explica a expansão da periferia, e, na esfera da reprodução, de crescimento do peso da habitação no valor da força de trabalho; fenômeno cujo efeito se manifesta em maior ou menor escala em toda metrópole capitalista conforme a existência (ou não) e a eficiência de alguma política habitacional.

Justamente por isso, a demanda dos movimentos habitacionais, a do MTST especialmente, e a dos incorporadores são de naturezas diferentes. O primeiro, na medida em que reivindica desapropriação de imóveis ocupados e a titularidade da posse para os ocupantes em condições a eles adequadas, coloca no debate, ainda que apenas parcialmente, a necessidade da suspensão dos mecanismos de mercado; enquanto os segundos reclamam a institucionalização de mecanismos que racionalizem e agilizem o mercado.

Mesmo quando os incorporadores reivindicam a intervenção do Estado, eles se colocam em posição distinta daquela do MTST, pois devido ao montante de capital exigido para a produção do solo urbano, tempo de produção e durabilidade do consumo, o que se reivindica são medidas que dêem liquidez ao mercado, como, por exemplo, programas de financiamento dos construtores e/ou dos mutuários. Evidentemente, não está no horizonte dos componentes do MTST ascenderem à categoria de mutuários.

A essas características de cunho socioeconômico da população envolvida associa-se a perspectiva política do MTST, já assinalada, que vai além da conquista da casa própria, como a da maioria dos movimentos habitacionais. Ele coloca na agenda a necessidade da reforma urbana, juntamente com o questionamento do caráter mercantil da produção do solo urbano a partir da defesa da prevalência da função social da propriedade.

Desse modo, a expressão “sem-teto” tanto se refere ao movimento que leva esse nome como ao conjunto de trabalhadores desempregados ou de baixa renda - que em São Paulo tem sido crescente - que não pode prover por seus próprios meios a satisfação da sua necessidade habitacional, razão pela

qual os sem-teto são os antípodas do mercado imobiliário na cidade capitalista.

Na presente conjuntura associam-se efeitos da política econômica com a culminância de um processo de urbanização baseado no que Kowarick (1979) denominou espoliação urbana⁶. De um lado, a renda média do trabalhador tem apresentado sucessivas quedas e, de outro, após o elevado crescimento da cidade nas décadas de 1960/70, o processo de expansão da periferia também apresenta sinais de esgotamento, tanto devido à ocupação⁷ das glebas deixadas à especulação naquele período (Maricato, 1982) como da ocupação de encostas, vales, morros e antigos campos de várzea por favelas.

Da combinação desses dois fatores resulta que o sem teto - categoria negativa no sentido literal - tem tudo para se expandir e tem demonstrado potencialidade para se organizar, ou seja, para fazer a passagem do sentido literal para o político, em que ele se afirma como a categoria urbana sem-teto alicerçada na de vendedor de força de trabalho. Talvez resida no medo dessa passagem a razão para a truculência do governo.

Valorização imobiliária, usos competitivos do solo urbano e migração interna à cidade e à Região Metropolitana

Embora a valorização imobiliária não seja homogênea em todo o território da cidade e, por isso mesmo, nem necessariamente contínua, ela apresenta uma tendência à permanente elevação devido a diversos fatores: 1) a pressão da demanda, 2) a própria valorização, ou seja, o valor cristalizado e o preço de mercado atingido pelos imóveis tornam-se o patamar de referência para os próximos negócios imobiliários, levando a valorização a alimentar-se de si mesma, 3) a financeirização do solo urbano etc. A configuração espacial da cidade capitalista resulta da combinação desses fatores com a história particular de cada uma.

A configuração espacial da cidade de São Paulo foi fortemente marcada pela associação do processo de industrialização, baseada na intensa exploração da força de trabalho, com a ausência de uma política habitacional. Tal configuração resultou da expansão dos loteamentos irregulares da periferia, sob pressão da demanda por habitação barata por parte da força de trabalho migrante⁸, por um lado, e, por outro, pela especulação imobiliária

⁶ Em sua obra *Escritos Urbanos*, de 2000, Kowarick faz redefinir esse conceito. Em minha tese *Ação Política, Ideologias e Interesses - o município de São Paulo 1989/1996*, defendida no mesmo ano na PUC-SP, critico a redefinição e reitero a validade da primeira formulação do conceito.

⁷ Alguns distritos fronteiriços, com maior área vazia têm apresentado as maiores taxas de crescimento na última década. É o caso do distrito Anhanguera, com 11,8%, Tiradentes com 6,9% e Parelheiros com 6,2%, enquanto a da cidade é de 0,8%.

⁸ A população da cidade de São Paulo era de 2.213.300 em 1950; 3.781.446 em 1960; 5.978.977 em 1970; 8.587.665 em 1980; 9.610.659 em 1991 e 10.679.760 em 2000, conforme Censos do IBGE. Em porcentagem, esses números correspondem, respectivamente, 41,5% de 1950 para 1960; 36,8% de 1960 para 1970; 30,4% de 1970 para 1980; 10,1% de 1980 para 1991 e 10,1% de 1991 para 2000.

ensejada por esse processo, já que a infra-estrutura reivindicada pelos trabalhadores que logravam comprar esses lotes tanto valorizavam o próprio loteamento como as glebas localizadas entre este e as áreas centrais. Com isso, as novas levas de migrantes se viam obrigadas a procurar moradia em outro loteamento mais distante e, também, irregular.

Outros dois fenômenos mais recentes incidiram sobre essa configuração. A desvalorização de áreas centrais e o intenso processo de verticalização observado a partir da década de 1980 em distritos intermediários entre os centrais e os periféricos (Souza, 1994 e Somekh, 1997). Com isso, São Paulo é uma cidade onde a convivência e a separação espacial entre pobreza e riqueza se distribui a partir dos distritos intermediários em direção aos periféricos em grau crescente, conforme as tabelas 2 e 3 a seguir.

Tabela 2.

População Total e Taxa Anual de Crescimento Populacional, segundo Subprefeituras do Município de São Paulo 1991-2004						
N.º	Subprefeituras e Distritos	1991	2004	Taxa Anual de Crescimento 1991-2004 (em %)	Área fronteira, central ou intermediária	Região
	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	9.610.659	10.679.760	0,8		
1	Casa Verde/Cachoeirinha	311.518	311.652	0,0	Fronteira	Norte
2	Freguesia/Brasilândia	352.959	402.437	1,0	Fronteira	Norte
3	Perus	58.493	131.713	6,4	Fronteira	Norte
4	Pirituba	314.711	413.120	2,1	Intermediária	Norte
5	Santana/Tucuruvi	352.282	318.282	-0,8	Intermediária	Norte
6	Tremembé/Jaçanã	211.126	267.529	1,8	Fronteira	Norte
7	Vila Maria/Vila Guilherme	339.174	292.244	-1,1	Intermediária	Norte
8	Campo Limpo	394.090	538.853	2,4	Fronteira	Sul
9	Cidade Ademar	315.630	385.841	1,6	Fronteira	Sul
10	Jabaquara	213.559	214.074	0,0	Intermediária	Sul
11	Ipiranga	421.609	428.173	0,1	Intermediária	Sul
12	M'Boi Mirim	381.250	514.374	2,3	Fronteira	Sul
13	Parelheiros	61.360	130.587	6,0	Fronteira	Sul
14	Santo Amaro	234.694	212.794	-0,8	Intermediária	Sul
15	Socorro	404.276	619.644	3,3	Intermediária	Sul
16	Vila Mariana	335.513	304.858	-0,7	Intermediária	Sul
17	Aricanduva	280.750	262.155	-0,5	Intermediária	Leste
18	Cidade Tiradentes	95.926	229.606	6,9	Fronteira	Leste
19	Ermelino Matarazzo	197.581	206.072	0,3	Intermediária	Leste
20	Guaianases	193.466	274.950	2,7	Fronteira	Leste
21	Itaim Paulista	286.512	379.131	2,2	Intermediária	Leste

22	Itaquera	429.604	502.823	1,2	Fronteira	Leste
23	Moóca	352.169	294.892	-1,4	Intermediária	Leste
24	Penha	473.877	475.678	0,0	Intermediária	Leste
25	São Mateus	299.342	409.478	2,4	Fronteira	Leste
26	São Miguel	321.394	394.880	1,6	Fronteira	Leste
27	V. Prudente/Sapopemba	522.023	519.464	0,0	Fronteira	Leste
28	Butantã	365.388	377.567	0,3	Intermediária	Oeste
29	Lapa	295.030	263.181	-0,9	Central	Central
30	Pinheiros	338.369	253.895	-2,2	Central	Central
31	Sé	456.984	349.813	-2,0	Central	Central

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000; Fundação Seade.
Nota: População em 1º de julho.

Critérios para classificação: central, proximidade do Centro Velho; fronteira, limite com outro município e, entre ambas, intermediária.

A classificação “fronteira” da tabela 2 coincide com o “extremo” da 3 (abaixo), o que permite identificar pelo menos três tendências que explicam essa distribuição da pobreza em grau crescente em direção à periferia: 1) ausência de novas construções horizontais e/ou verticais de baixo padrão na região central devido à escassez de novas áreas; 2) a predominância de lançamentos de imóveis horizontais de alto padrão e/ou vertical de médio e alto padrão nas regiões intermediárias; 3) o domínio de novas construções de baixo padrão, tanto horizontais como verticais, nas regiões extremas, pois é onde os trabalhadores com alguma renda podem comprar ou alugar e os governos buscam novas glebas para a construção dos conjuntos habitacionais.

Tabela 3

Acréscimo de Área Construída Residencial por Padrão Construtivo nas Regiões - Período 1991 - 1999							
Região/Uso	Horizontal baixo padrão	Horizontal Médio padrão	Horizontal Alto padrão	Vertical baixo padrão	Vertical baixo padrão	Vertical baixo padrão	Residencial Total
	%	%	%	%	%	%	%
Centro	-0,2	-3	-0,7	3,0	10,4	1,1	2,7
Norte	0,5	17,7	15,0	7,0	13,7	6,7	10,5
Sul	-0,6	1,6	13,5	-0,1	6,1	4,2	4,0
Leste	4,7	14,7	15,8	1,4	15,8	12,2	12,5
Oeste	0,7	-5,1	6,7	0,3	6,8	12,9	4,7
Norte Extremo	6,2	16,4	9,4	3,9	2,1	0,8	5,9
Oeste Extremo	1,2	3,8	5,2	4,0	3,5	0,5	2,6
Sudoeste	1,0	-9,0	3,3	-0,3	11,0	29,9	9,1
Sudoeste Extremo	2,4	2,6	13,6	0,6	6,8	20,4	8,9
Sudeste	2,9	0,5	8,5	4,5	18,7	11,3	9,5
Sul Extremo	33,6	18	4,8	18,4	3,0	0,0	10,9
Leste Extremo	47,6	41,9	4,9	57,2	2,1	0,1	18,8
Total MSP	100	100	100	100	100	100	100

% em rel. acrés. tot. MSP	16,5	19,7	7,3	2,9	29,0	24,6	100
------------------------------	------	------	-----	-----	------	------	-----

Fonte: PMSP/SEMPA, Evolução do Uso do Solo nos Anos 90⁹

A tendência verificada a partir da década de 1990 é que o processo de verticalização nos distritos centrais e intermediários tende a substituir antigos moradores por novos com maior poder aquisitivo, assim como as antigas áreas de uso industrial ou de terminais de carga desocupados pelas empresas passaram a ser disputados por novos usos empresariais dos setores de comércio e de serviços ou investimentos habitacionais de médio e alto padrão.

Dois dos efeitos desse processo são o movimento migratório interno à cidade (tabela 2) e à região metropolitana (tabela 4) e a ocupação de áreas de mananciais - caso das margens da represa de Guarapiranga na região Sul - e de áreas de proteção ambiental, casos do Jardim Paraná e do Filhos da Terra, ambos na zona Norte¹⁰.

Tabela 4 Crescimento populacional nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo

M. R. M. de São Paulo	População apurada pelo IBGE em 1980	População apurada pelo IBGE em 1991	População apurada pelo IBGE em 2000	População acrescida entre 1980 a 1991 em números absolutos	População acrescida entre 1980 a 1991 em %	População acrescida entre 1991 a 2000 em números absolutos	Pop. acrescida entre 1991 a 2000 em %
Arujá	17.279	37.143	58.829	19.864	114,96	21.686	58,39
Barueri	74.697	129.331	207.123	54.634	73,14	77.792	60,15
Biritiba Mirim	13.316	17.751	24.494	4.435	33,31	6.743	37,99
Caieiras	24.980	38.778	70.458	13.798	55,24	31.680	81,70
Cajamar	21.795	33.495	50.057	11.700	53,68	16.562	49,45
Carapicuíba	184.591	281.901	343.044	97.310	52,72	61.143	21,69
Cotia	62.309	105.721	147.625	43.412	69,67	41.904	39,64
Diadema	227.616	303.802	355.867	76.186	33,47	52.065	17,14
Embu	95.076	154.739	206.232	59.663	62,75	51.493	33,28
Embu-Guaçu	20.870	35.592	56.467	14.722	70,54	20.875	58,65
F de Vasconcelos		95.188	141.420	40.606	74,39	46.232	48,57
Francisco Morato	28.070	82.276	132.660	54.206	193,11	50.384	61,24
Franco da Rocha	50.391	84.912	107.759	34.521	68,51	22.847	26,91
Guararema	15.060	17.934	21.840	2.874	19,08	3.906	21,78
Guarulhos	529.483	781.895	1.068.208	252.412	47,67	286.313	36,62
I. da Serra	60.072	92.273	128.658	32.201	53,60	36.385	39,43
Itapevi	52.863	106.861	161.798	53.998	102,15	54.937	51,41
Itaquaquecetuba	72.155	162.684	271.131	90.529	125,46	108.447	66,66
Jandira	35.736	62.065	91.393	26.329	73,68	29.328	47,25
Juquitiba	12.402	19.731	26.408	7.329	59,10	6.677	33,84
Mairiporã	27.380	39.719	59.485	12.339	45,07	19.766	49,76
Mauá	204.582	293.094	362.399	88.512	43,26	69.305	23,65

⁹ Não é ocioso assinalar que o mapa que acompanha o referido estudo da prefeitura indica uma extensa área nas franjas do município para a qual não há registro sobre o padrão de uso do solo, uma vez que se trata de usos e ocupações precários fora dos padrões urbanísticos legalmente estabelecidos.

¹⁰ Chama a atenção o envolvimento de vereadores nessas ocupações irregulares, o que reforça a tese do uso e da função política dessa prática.

Mogi das Cruzes	196.941	271.981	329.099	75.040	38,10	57.118	21,00
Osasco	473.168	565.543	650.153	92.375	19,52	84.610	14,96
P. do Bom Jesus		7.907	12.288	3.141	65,90	4.381	55,41
Poá	52.478	75.911	95.521	23.433	44,65	19.610	25,83
Ribeirão Pires	56.171	84.529	104.135	28.358	50,49	19.606	23,19
Rio G. da Serra	19.969	29.676	36.284	9.707	48,61	6.608	22,27
Salesópolis	10.641	11.317	14.299	676	6,35	2.982	26,35
S. do Parnaíba	9.880	36.848	74.239	26.968	272,96	37.391	101,47
Santa Isabel	28.893	37.808	43.417	8.915	30,86	5.609	14,84
Santo André	552.069	614.252	648.121	62.183	11,26	33.869	5,51
São B. do Campo	423.677	564.003	699.015	140.326	33,12	135.012	23,94
São C. do Sul	163.268	149.436	140.227	-13.832	-8,47	-9.209	-6,16
S. L. da Serra			12.131				
São Paulo	8.587.665	9.610.659	10.679.760	1.022.994	11,91	1.069.101	11,12
Suzano	100.342	154.084	227.669	53.742	53,56	73.585	47,76
Taboão da Serra	96.908	158.738	197.065	61.830	63,80	38.327	24,14
V. Gde. Paulista						16.604	105,57
Total da RMSP	12.662.141	15.365.305	18.089.110	2.703.164	21,35	2.723.805	17,73

Fonte: SEADE

Embora o ritmo de crescimento demográfico da cidade tenha caído, como os dados acima demonstram, o padrão periférico de urbanização impulsionado por uma demanda habitacional de trabalhadores mal remunerados permanece. Mas apresenta também características novas. Entre estas, destacam-se duas que são emblemáticas das péssimas condições¹¹ de vida de uma parcela muito grande dos trabalhadores. A primeira refere-se a uma ocupação intensiva do solo urbano na periferia, caracterizada pela ausência de espaços de uso coletivo, extensão da casa até a rua que passa a ser o quintal onde as crianças brincam, invasão do passeio público por moradias precárias, barracos de alvenaria com piso superior, palafitas sobre os córregos cujas margens já foram ocupadas à exaustão etc., de modo que

O baixo padrão de uso e ocupação do solo torna homogênea a paisagem urbana, formada de construções precárias, com traços irregulares e sem acabamento. Esta paisagem confunde o observador, de tal maneira, que as favelas onde predomina a construção em alvenaria e os imóveis particulares formam um contínuo, muitas vezes impossibilitando ao observador a distinção visual entre favela e bairro.

Crianças brincando nas ruas é outro traço da paisagem desses bairros, seja porque os “campinhos” onde as crianças que fomos brincávamos já foram transformados em favelas, seja porque as construções (de favelas ou de particulares) disputam espaço com o passeio público ou, ainda, por causa da

¹¹ Segundo a PCV - Pesquisa de Condições de Vida, de 1998, realizada pela Fundação Seade, 23, 1% dos domicílios da RMSP tem até 3 cômodos, o que é insuficiente para as funções básicas da moradia; 9,1% das habitações foram apropriadas por invasão e 12,8% cessão, sendo 29% construídas pelos próprios moradores (autoconstrução).

insuficiência da oferta de vagas em CEIs e EMEFs¹², deixando a rua como alternativa de espaço de sociabilidade infantil.

O automóvel também já foi incorporado a essa paisagem, disputando espaço no asfalto com as marcas das brincadeiras de criança; abandonado às pressas ou à noite, testemunhando o alto índice de criminalidade ou denunciando a falência e a má qualidade do transporte público, pois, mesmo em se tratando de modelos antigos, mal conservados e inseguros, ele é preferido como alternativa.¹³

Uma segunda característica desse processo de urbanização é a extensão da periferia de São Paulo para os municípios vizinhos, devido a pelo menos dois fatores: esgotamento da oferta de lotes acessíveis ao trabalhador de baixa renda e a reestruturação do processo produtivo. Seja como for, essa segunda característica deve ser objeto de um programa de estudo diferente do que ora me proponho.

À guisa de conclusão, observo que busquei, neste breve artigo, reunir dados preliminares de uma pesquisa em curso e, a partir deles, contemplar um duplo objetivo. O primeiro foi dar continuidade aos esforços de reinserção das categorias da economia política - e, por intermédio delas, dos efeitos - no debate teórico sobre luta política urbana, uma vez que o abandono dessas categorias gerou uma lacuna expressa no descompasso entre o otimismo acadêmico sobre as potencialidades da cidade capitalista e os efeitos da produção capitalista da cidade sobre os trabalhadores, mormente os de baixa renda.

O segundo objetivo foi, também ainda de modo incipiente, apresentar a novidade de um movimento habitacional cuja perspectiva destoa da dos demais movimentos habitacionais por questionar a produção capitalista da casa e da cidade, a sociabilidade capitalista e se apresentar na cena política com identidade política classista. Não se trata de retomar um debate supostamente já ultrapassado sobre as determinações econômicas, mesmo porque elas nunca deixaram de operar (nem poderiam deixar), embora tenham sido abandonadas por muitos estudiosos, mas de enfrentar o desafio teórico de síntese entre essas determinações e a identidade que o movimento define para si mesmo.

Bibliografia

DONZÉLOT, J. (2003). *Faire Société: la politique de la ville aux Etats-Unis et en France*. Paris:Éditions Seuil.

HARVEY, D. (1990). *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica.

KOWARICK, L. (1979). *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

¹² Siglas que, no jargão burocrático da Prefeitura Municipal de São Paulo, significam, respectivamente, Centro de Educação Infantil, nome dado às creches, e Escola Municipal de Ensino Fundamental.

¹³ PLAS - Plano de Assistência Social, da SAS/FÓ - Supervisão de Assistência Social da Freguesia do Ó, pág. 10/11, cuja elaboração foi coordenada por mim.

- MARICATO, E (1982). "Autoconstrução, a arquitetura possível". In: MARICATO, Ermínia. (org.) *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- _____. (1996). *Metrópole na Periferia do Capitalismo - ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec.
- SOMEKH, N. (1997). *A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador: São Paulo 1920-1939*. São Paulo: Edusp/Fapesp/Studio Nobel.
- SOUZA, M. A. A. (1994). *A Identidade da Metrópole*. São Paulo, Hucitec-Edusp.
- STÉBÉ, J-M. (2002). *La Crise des Banlieues – Sociologie des quartiers sensibles*. Paris: Presses Universitaires des France.